2018 pode ser um ano sem Festival de Almada

Perante o corte de 110 mil euros por ano proposto pelo júri dos concursos, a Companhia de Teatro de Almada diz que está em causa a 35.ª edição do mais importante festival de teatro português

Apoio às artes
Inês Nadais

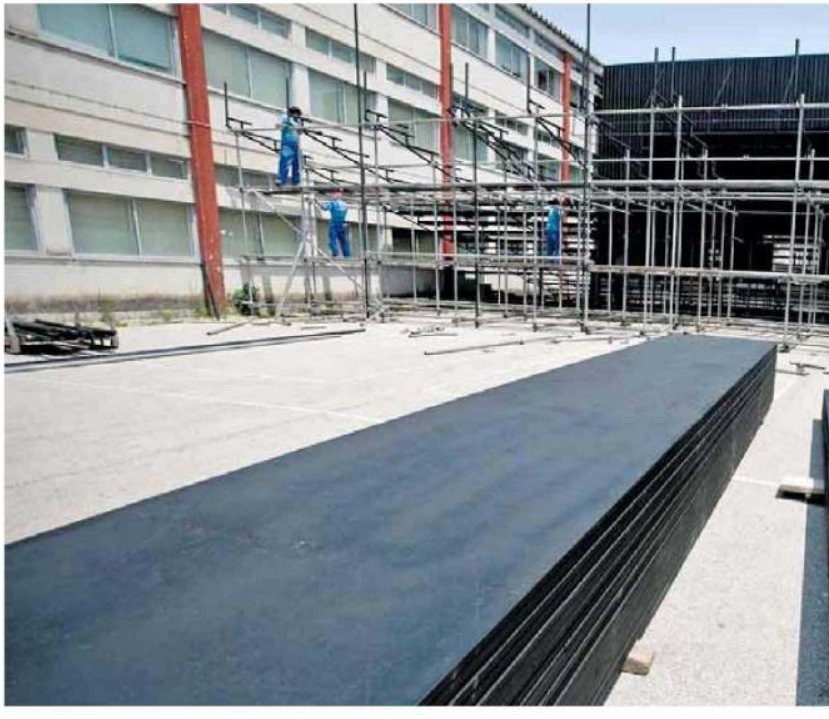
Confrontada no final da semana passada com a proposta de decisão do júri para a área do teatro dos concursos de apoio às artes, a Companhia de Teatro de Almada (CTA) preferiu esperar alguns dias e pedir à DGArtes acesso a documentação adicional antes de equacionar a situação sem paralelo no seu historial, "anos da *troika* incluídos", que ontem admitiu ao PÚBLICO: mesmo sendo a mais financiada das estruturas apoiadas pelo Estado no âmbito do Programa de Apoio Sustentado para o quadriénio 2018-2021, o corte de 110 mil euros/ano com que agora se depara, e que a deixa com uma verba anual de 289 mil euros, "põe em causa a realização da próxima edição do Festival de Almada", diz o director, Rodrigo Francisco.

A vaga de contestação aos resultados dos concursos que decorrem do novo modelo de apoio às artes não para de aumentar e ganhou especial fôlego com o anúncio das propostas de decisão relativas à área do teatro. Apesar dos sucessivos reforços orçamentais que vêm sendo anunciados como medidas paliativas para socorrer as inúmeras estruturas que ficaram excluídas dos apoios, algumas com um percurso de várias décadas, até as companhias mais bem posicionadas nos concursos, como os Artistas Unidos, O Bando, a Mala Voadora e o Teatro Praga, subscreveram anteontem uma carta aberta ao primeiro-ministro em que argumentam que "o sistema que este Governo impôs na cultura falhou por completo e de forma transversal, fragilizando ainda mais o sector artístico" e reclamam novo reforço "que evite a destruição de estruturas [...] não apoiadas ou mesmo excluídas sob critérios que urge rever". Outras, como a Companhia de Teatro de Braga – que surge em quinto lugar na nova pirâmide de apoios da DGArtes mas receberá menos 400 mil euros nestes quatro anos do que o montante a que se candidatou –, já vieram pedir a demissão do secretário de Estado da Cultura, Miguel Honrado, acusado de querer "acabar com as companhias" ou transformá-las em "projectos pontuais".

Ponderadas as consequências que o corte de 110 mil euros poderá ter sobre uma temporada em que já teve em cena uma produção (*Nathan, o Sábio*) e se prepara para estrear outra (*A Morte de um Caixeiro-Viajante*), também a CTA decidiu vir publicamente anunciar que só uma correcção dos resultados do concurso poderá viabilizar a 35.ª edição do festival, que deveria decorrer de 4 a 18 de Julho. "Toda a nossa actividade para este ano está apresentada e contratada – e há 700 pessoas que compraram um passe geral para acompanhar a temporada regular e com quem não pretendemos quebrar a nossa relação. A redução no financiamento teria de inevitavelmente de incidir sobre o festival, mas é difícil encaixar um corte de 110 mil euros tão em cima da hora. Não podemos correr o risco de apresentar uma programação que não cumpra os níveis mínimos de qualidade – o Festival de Almada é uma marca que não podemos deixar degradar de forma nenhuma", argumenta Rodrigo Francisco.

"Tudo mal desde o início"

Fundado em 1984 por Joaquim Benite, e consensualmente apontado como o mais importante festival de teatro português, o Festival de Almada recebeu ao longo das suas 34 edições referências da criação teatral europeia como os históricos Peter Brook, Berliner Ensemble e Piccolo Teatro, ou os mais recentemente consagrados Thomas Ostermeier e Katie Mitchell. A apenas três meses da data em que deveria iniciar-se, o corte orçamental que surpreendeu a companhia não tem como não atingir a próxima edição, a não ser que, na fase de audiência de interessados que



Parceiros de coligação pressionam Costa hoje no Parlamento

O que é preciso é que António Costa chegue hoje ao debate quinzenal com respostas e números para corrigir os resultados dos concursos, seja com mais dinheiro, seja com o compromisso de ter o ministro da Cultura no Parlamento mais cedo do que o previsto (Luís Filipe Castro Mendes é esperado no dia 10). O aviso é do PCP, que viu ontem aprovado por unanimidade o seu requerimento e o do Bloco para que o ministro seja ouvido na Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto sobre este processo.

O cenário de um reforço orçamental já tinha sido anteontem colocado pelo secretário de Estado da Cultura, mas o primeiro-ministro pode ter optado por reservar esse anúncio já para este debate. Ontem ao final da tarde, o semanário *Expresso* dava já como "iminente" o anúncio de novo reforço orçamental, cujo valor estaria a ser equacionado no gabinete de António Costa — e que poderia complementar a dotação original dos concursos ou subsidiar directamente "companhias históricas ou de grande tradição no país". O PÚBLICO tentou confirmar insistentemente esta informação junto do gabinete, sem sucesso.

Sendo certo que o assunto vai ser abordado no debate com Costa, o PCP entregou também um projecto de resolução muito parecido com o do Bloco de Esquerda. Os dois recomendam medidas de correcção dos resultados — revendo as decisões de elegibilidade — e do financiamento — no mínimo os mesmos 25 milhões de euros alocados em 2009 —, assim como a revisão do novo modelo de apoio. O BE pede ainda um "balanço" da aplicação do modelo e a correcção das "distorções", ao passo que o PCP recomenda a publicação integral dos contributos das audições e a abertura de um novo processo de discussão pública para reformular este polémico modelo. **Maria do Céu Lopes**

RAQUEL ESPERANÇA

A vaga de contestação aos resultados dos concursos que decorrem do novo modelo de apoio às artes não para de aumentar e ganhou especial fôlego com o anúncio das propostas de decisão relativas à área do teatro

agora decorre, ou através de novo reforço orçamental, de resto já admitido por Miguel Honrado, seja possível inverter este cenário.

A CTA prepara-se para contestar a decisão do júri, argumentando que o montante atribuído é insuficiente para garantir 27 produções, quatro edições do festival e quatro temporadas de programação do Teatro Municipal Joaquim Benite. Fá-lo-á, diz Rodrigo Francisco, na esperança "de que haja sensibilidade política para corrigir um concurso em que tudo esteve mal desde o início" – e recusando-se a acreditar que seja "um Governo socialista a deixar cair o Festival de Almada". Politicamente, o *timing* seria especialmente ingrato: o festival é o emblema cultural de uma cidade que desde as últimas autárquicas passou a ser presidida por Inês de Medeiros, uma figura do PS com fortes ligações ao meio.

inadais@publico.pt